

O país não fecha para férias E precisa de respostas concretas

[AICCOPN]

“O país não pode continuar a adiar os necessários entendimentos em torno dos temas estruturantes para o desenvolvimento do futuro do país”, considera Reis Campos, presidente da AICCOPN - Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas, pois “tal como muito recentemente foi reafirmado pelo Senhor Presidente da República, não é possível prescindir de consensos de regime”. Recordando que, “ao habitual período de férias, junta-se, este ano, o arranque de uma intensa campanha eleitoral, que promete concentrar a atenção mediática em torno das propostas dos diferentes partidos”, o presidente da Associação aponta que, “uma vez mais, são poucas as expectativas de entre centenas de prioridades, de medidas urgentes e de algumas promessas de obras, ver debatidas as questões que são verdadeiramente estruturantes para o desenvolvimento do futuro do país”.

Com efeito, esta legislatura vai encerrar sem avanços em matéria de investimentos prioritários e, como refere o dirigente associativo, “sem qualquer base mínima de entendimento em domínios como a conectividade internacional, a energia, a sustentabilidade e a própria política de cidades, incluindo a



reabilitação urbana e a política da habitação, ao contrário do que acontece na generalidade da Europa”.

De acordo com o presidente da AICCOPN, “os exemplos são evidentes, como aconteceu com a incapacidade de aprovar o PNI 2030.

Assiste-se, de igual modo, a uma sucessão de anúncios de intenções, como a redução de impostos ou a melhoria dos cuidados de saúde, mas continuamos a ignorar o que verdadeiramente importa, ou seja, a criação sustentada de riqueza e a atração de investimento,

nacional e estrangeiro, essenciais para que se possam encontrar os recursos necessários para cumprir essas legítimas ambições”.

“Para as empresas e para a atividade económica, o debate ou é inconsequente, ou se apresentam propostas de aumento de burocracia e de carga fiscal. Veja-se o imobiliário, importante fonte de captação de investimento, que atingiu um total de 30,3 mil milhões de euros no ano passado. Ao invés de se discutirem soluções que permitam manter um posicionamento competitivo, alargando a reabilitação urbana a todo o território ou criando condições para o aumento da oferta habitacional, o imobiliário é utilizado como arma de arremesso político e, na maioria dos casos, apenas é visto como fonte de receitas fiscais, situação que gera um impacto negativo sobre a confiança dos investidores”.

Reis Campos termina dizendo que “a economia mundial não fecha para férias, nem fica meses à espera de uma definição estratégica para o país. E o tecido empresarial, em particular as empresas do setor da construção e do imobiliário, que competem cada vez mais à escala global, precisam de estabilidade e de condições para desempenhar o seu papel de motor do desenvolvimento e do emprego. E para que serve o debate político senão para garantir maior confiança no futuro?”. //